

A priori histórico e *episteme*: algumas elaborações conceituais de Foucault

Historical a priori and episteme: some Foucault's conceptual elaborations

Lívia Francisco Arantes de Souza

Mestranda em Filosofia pela UFSCar

Bolsista CAPES

liviafsouza@gmail.com

Resumo: Este artigo explora as elaborações conceituais de Foucault sobre as noções *a priori* histórico e *episteme* em três momentos de sua trajetória: o livro *As palavras e as coisas* (1966) em que Foucault faz um estudo que privilegia o âmbito discursivo, o livro *A Arqueologia do saber* (1969) em que Foucault desloca sua atenção para a relação entre os discursos e as práticas econômicas, políticas e sociais e o curso *Em defesa da sociedade* (1975-1976) em que Foucault faz um estudo histórico de um discurso que faz do modelo da guerra um referencial para analisar as relações políticas e sociais. O objetivo é tratar a relação entre os estudos arqueológicos e genealógicos de Foucault em termos de complementariedade.

Palavras-chave: *A priori* histórico; *episteme*; arqueologia; genealogia.

Abstract: *This paper explores Foucault's conceptual notions of historical a priori and episteme in three different stages of his intellectual trajectory: the book The Order of Things (1966) in which Foucault privileges the discursive scope, the book The Archeology of Knowledge (1969) in which Foucault moves his attention to the relations among the discourses and the economic, political and social practices and the lectures Society Must Be Defended (1975-1976) in which Foucault makes a historical study of a discourse that takes war as the reference to analyze the political and social relations. The aim is to address the relationship between Foucault's archaeological and genealogical studies in terms of complementarity.*

Keywords: *Historical a priori; episteme; archeology; genealogy.*

Introdução

Com o propósito de estudar os efeitos de um poder ligado ao racismo de Estado no século XX, Foucault, em 1976, no curso *Em defesa da sociedade*, busca traçar a história de um discurso formado nos séculos XVI-XVII que vincula o modelo da guerra à

política. Nesta ocasião, ele nota a formação de um campo histórico-político no período da Revolução Francesa organizado em torno de um saber histórico mobilizado por historiadores de posicionamentos políticos completamente divergentes; um saber que foi utilizado como arma de luta política, segundo Foucault, graças à regularidade de seu *campo epistêmico*, graças à densidade de sua *trama epistêmica*.

Para Judith Revel, o conceito de *episteme* esteve no centro da polêmica gerada pela publicação de *As palavras e as coisas*, de 1966 (REVEL, 2008, p. 45). Os anos que sucedem a publicação deste livro são considerados por Phillipe Sabot como um período de deslocamento na trajetória de Foucault de uma arqueologia focada na constituição intradiscursiva dos saberes para análises genealógicas das práticas discursivas e não discursivas (SABOT, 2006, p. 191); um período marcado pelo distanciamento dos estudos de Foucault de uma ordem fundamental que constitui uma espécie de estrutura implícita, um *a priori* histórico (ibidem, p. 190). François Ewald e Alessandro Fontana consideram que Foucault desenvolve nos cursos ministrados no *Collège de France* nos anos 70 o programa de uma genealogia das relações de saber e de poder em *oposição* a arqueologia das formações discursivas predominantes na década de 1960 (2005b, p. XII – grifo nosso).

Considerando que Foucault retoma a descrição epistêmica de uma formação discursiva para tratar do seu impacto nas lutas políticas em 1976, não seria o caso de revisar a relação de sua pesquisa arqueológica e genealógica em outros termos? O objetivo deste artigo é investigar as elaborações conceituais de Foucault em três momentos de sua trajetória para interrogar se questões pertinentes a sua abordagem arqueológica não permanecem em seu horizonte na segunda metade da década de 1970. Analisaremos o prefácio e o último capítulo de *As palavras e as coisas* (1966), a introdução e o capítulo *A priori histórico e arquivo* de *A arqueologia do saber* (1969) e algumas aulas do curso *Em defesa da sociedade* focando nas noções de *episteme* e *a priori* histórico. Assim, buscamos mostrar como Foucault elabora (e reformula) esses conceitos e aspectos deles que reaparecem em 1976 para então perguntar se aspectos de sua abordagem arqueológica não estão presentes em suas pesquisas genealógicas, de tal modo que não nos parece preciso pensar que haveria estritamente uma relação de oposição entre elas¹.

***A priori* histórico e episteme: a arqueologia como abordagem comprometida com a história das formações discursivas**

No prefácio de *As palavras e as coisas*, Foucault tem como ponto de partida a constatação de que há um domínio fundamental que proporciona a formação de uma rede secreta a partir da qual as coisas se revelam, a partir da qual a enunciação sobre as coisas se torna possível. Região considerada por ele anterior às palavras, aos gestos e percepções, mais fundamental, mais arcaica e verdadeira que as teorias que tentam dar a ela uma forma explícita, uma explicação exaustiva ou um fundamento filosófico. Analisar esse domínio fundamental faz parte do objetivo do livro. Trata-se

¹ Este artigo contém os primeiros passos de uma pesquisa que pretende trabalhar posteriormente outros textos de Foucault como, por exemplo, *Resposta a uma questão* (1968), *A ordem do discurso* (1970), *Nietzsche, a genealogia, a história* (1971) e o curso *A sociedade punitiva* (1972-1973).

de uma tarefa difícil que exige, segundo Foucault, um olhar cauteloso, uma linguagem fiel, uma postura que se deixe conduzir pela proliferação das qualidades e das formas e um distanciamento das ordens empíricas. Em *As palavras e as coisas* Foucault pergunta pelas modalidades da ordem que formaram o suporte positivo de conhecimento que resultou na gramática geral, na história natural, na análise da riqueza e, depois, na filologia, na biologia e na economia política. Ele conduz sua investigação a partir das seguintes questões: a partir de qual espaço de ordem o saber se constitui? Sobre qual base as experiências refletiram-se em filosofias, as ciências se constituíram, as racionalidades se formaram, se desarticularam e se dissiparam? Onde os conhecimentos enraízam sua positividade?

Deste modo, Foucault introduz o conceito de *a priori* histórico referindo-se a um espaço de ordem geral que seria a base de elaboração, articulação, desarticulação e dissipação de filosofias, ciências, saberes e racionalidades. Ele introduz o conceito de *episteme* referindo-se a um lugar de enraizamento da positividade dos conhecimentos em que os critérios de racionalidade e objetividade ficam em segundo plano. Ao estudo histórico destas configurações que deram lugar às diversas formas do conhecimento empírico, Foucault chama de arqueologia. Assim, a arqueologia é definida como um modo de estudo histórico que privilegia o espaço geral do saber para buscar as suas configurações, o modo de ser em que as coisas nele aparecem, o domínio fundamental que torna possível a enunciação sobre as coisas; um estudo histórico que busca restituir ao espaço geral do saber as suas rupturas.

Tentando trazer à luz esse profundo desnível da cultura ocidental, é a nosso solo silencioso e ingenuamente imóvel que restituímos suas rupturas, sua instabilidade, suas falhas; é ele que se inquieta novamente sob nossos passos. (ibidem, p. XXII)

A investigação arqueológica de Foucault em *As palavras e as coisas* mostra duas grandes discontinuidades na *episteme* da cultura ocidental: uma situada em meados do século XVII inaugurando o que Foucault chama de idade clássica e outra situada no início do século XIX marcando, para ele, o limiar da modernidade. Com isso ele constata que a ordem que funda o pensamento na modernidade não partilha do mesmo modo de ser da ordem que funda o pensamento da idade clássica: “no nível arqueológico, vê-se que o sistema das positivities mudou de maneira maciça na curva dos séculos XVIII-XIX” (FOUCAULT, 2007, p. XIX).

Uma vez constatada essa discontinuidade entre os séculos XVIII e XIX, o estudo arqueológico de Foucault concentra-se em marcar que foi no limiar da modernidade que uma estranha figura do saber, o homem, constituiu-se. A proposta do livro de 1966 é investigar o nível de fundamento do aparecimento dessa figura do saber, o nível arqueológico, isto é, aquele que descobre “o *a priori* histórico e geral de cada um dos saberes” e, por conseguinte, permite mostrar que o homem, determinável em sua existência corporal, laboriosa e falante, é uma figura da modernidade; conseqüentemente, as condições de possibilidade das ciências humanas são próprias à *episteme* da modernidade.

No livro de 1966, Foucault dedica-se a realizar uma descrição que privilegia o campo do saber deixando em segundo plano as práticas políticas, econômicas e sociais. No

entanto, ele chega a mencionar a importância das práticas econômicas e políticas para o aparecimento de saberes como a psicologia citando as normas impostas pela sociedade industrial aos indivíduos e da sociologia referindo-se a perturbação aos equilíbrios sociais no período da Revolução francesa, mas o faz para afirmar que o aparecimento do homem é um acontecimento da ordem do saber. Desta forma, Foucault considera que o que tornou possível o aparecimento do homem como objeto de conhecimento foi “uma “redistribuição geral da *episteme*”: um movimento de abandono dos seres vivos do espaço da representação em direção à “profundez específica da vida”, das riquezas para as formas de produção e das palavras para o devir da linguagem.

Além de apresentar essa descrição epistemológica, Foucault afirma que há temáticas com pretensão científica que não fazem parte da rede epistemológica de uma cultura, assim como há figuras epistemológicas que não obedecem aos critérios de sistematicidade e objetividade requeridos pela ciência cuja forma de coerência e sua relação com seu objeto “são determinados tão somente por sua positividade” (ibidem, p. 506). Deste modo, em 1966, Foucault considera que os discursos não científicos são configurações epistemológicas que “constituem, na sua figura própria, ao lado das ciências e sobre o mesmo solo arqueológico, outras configurações do saber” (ibidem, p. 506).

Em suma, no livro *As palavras e as coisas* Foucault faz uma descrição e uma comparação entre configurações epistemológicas de áreas de conhecimento de períodos separados por uma descontinuidade epistêmica para mostrar que foram as condições epistemológicas da modernidade que proporcionaram pensar o homem como um ser que fala, trabalha e vive, como sujeito e objeto de conhecimento. Seu estudo não explora a relação desse acontecimento com as práticas econômicas, políticas e sociais, mas não a desconsidera completamente. Em linhas gerais, os conceitos de *a priori* histórico e *episteme* aparecem em seu livro como noções que o permitem realizar essa descrição concentrada no campo discursivo.

A recepção polêmica do livro *As palavras e as coisas*, está relacionada, sobretudo, à proposta de Foucault de realizar um estudo histórico que prioriza a descrição dos períodos sem tratar da sucessão entre eles, que atribui ao campo discursivo autonomia em relação às práticas econômicas, políticas e sociais e que marca uma profunda descontinuidade entre o pensamento do século XVII-XVIII e o pensamento do século XIX adiante. Em *A arqueologia do saber* (1969), Foucault lida com algumas objeções que lhe foram colocadas diante das quais reformula seu conceito de *a priori* histórico, enfatiza o caráter não definitivo de sua abordagem arqueológica e situa sua maneira de estudar a história em uma mutação no campo dos estudos históricos motivada por uma série de questões metodológicas despertadas, sobretudo, pelas investigações do campo da história econômica. Com isso, o filósofo francês quer afastar a leitura de que a abordagem de suas pesquisas pretenda uma estruturalização do campo da história ou que entenda apenas como conflituosa a relação entre devir e estrutura². O intuito

2 Os problemas que decorrem da relação entre estrutura e devir, diz Foucault: “salvo em certo número de casos relativamente limitados, eles não foram importados da linguística ou da etnologia (conforme o percurso hoje frequente), mas nasceram no campo da própria história – essencialmente no da história econômica e em virtude das questões que ela colocava; enfim, não autorizam, de modo algum, que se fale de uma estruturalização da história, ou, ao menos, de uma tentativa para superar um “conflito” ou uma “oposição” entre estrutura e devir: já há

de sua abordagem é apresentado como o de “definir um método de análise histórica que esteja liberado do tema antropológico” (FOUCAULT, 2008, p. 18). Deste modo, em *Arqueologia do saber*, Foucault considera que “Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento” (ibidem, p. 14).

Como efeito dessa mutação no campo da história, Foucault menciona o estatuto que a noção de descontinuidade adquire. Ele a considera uma noção paradoxal por ser ao mesmo tempo instrumento e objeto de pesquisa. Trata-se de uma noção que permite individualizar os domínios por comparação. Assim, Foucault ressalta que a descontinuidade deixou de ser considerada um obstáculo para o trabalho do historiador, como fora para toda uma tradição de estudos históricos, para ser integrada ao discurso do historiador como um conceito operatório. Em uma entrevista em 1967, Foucault comenta que as críticas à sua abordagem histórica em *As palavras e as coisas* ignoraram “a mais importante mutação do saber histórico já em ação há mais de 20 anos” (FOUCAULT, 2005a, p. 62), fazendo referência a autores como Braudel, Furet, Denis Richet, de Le Roy Ladurie, as pesquisas da escola histórica de Cambridge e da escola soviética. Segundo Foucault, os historiadores mencionados “se colocam o problema muito difícil da periodização” tendo em vista que eles notaram que “a periodização manifesta, escandida pelas revoluções políticas, não era sempre, metodologicamente, a melhor forma possível de recorte” (ibidem, p. 63). Assim, ele considera que a metodologia complexa da descontinuidade aparece como um dos traços de novidade dessa mutação.

Cada periodização recorta na história um certo nível de acontecimentos e, opostamente, cada estrato de acontecimentos exige sua própria periodização. Trata-se de um conjunto de problemas delicados, já que, de acordo com o nível escolhido, será preciso delimitar periodizações diferentes, e, conforme a periodização que se dê, atingir-se-ão níveis diferentes. Acede-se, assim, à metodologia complexa da descontinuidade. (ibidem)

Portanto, Foucault entende que sua abordagem histórica faz parte de um processo de mutação que está acontecendo no campo dos estudos históricos e que distingue-se de uma tradição de estudos históricos, sobretudo, pela maneira como opera a descontinuidade na história. Ao vincular a história continuísta a um pensamento fundado no sujeito e localizar uma mutação no campo da história dedicado a dar espaço para a descontinuidade, Foucault mantém-se ligado, de certo modo, à proposta do livro de 1966 de relacionar os saberes com a configuração epistemológica e marcar a distância de sua abordagem em relação a um pensamento centrado na função fundadora do sujeito.

Em *A arqueologia do saber*, Foucault considera que traçou de modo muito imperfeito o perfil de conjunto de suas pesquisas anteriores – *História da loucura* (1961), *Nascimento da clínica* (1963) e *As palavras e as coisas* (1966). Por conseguinte, ele afirma que o que pretende esboçar em 1969 repousa sobre o solo descoberto pelas pesquisas anteriores,

bastante tempo que os historiadores identificam, descrevem e analisam estruturas, sem jamais se terem perguntado se não deixavam escapar a vida, frágil e fremente “história”. A oposição estrutura-devir não é pertinente nem para a definição do campo histórico nem, sem dúvida, para a definição de um método estrutural” (ibidem).

mas que será preciso fazer correções e críticas internas. Em linhas gerais, Foucault entende que a referência à noção de experiência em *História da loucura* mostrou como se manteve próximo a algo que agora recusa: admitir um sujeito anônimo e geral da história, que o recurso à análise estrutural em *Nascimento da clínica* “ameaçava subtrair a especificidade do problema colocado e o nível característico da arqueologia” (FOUCAULT, 2008, p. 18) e que a ausência de uma “balizagem metodológica” em *As palavras e as coisas* “permitiu que se acreditasse em análises em termos de totalidade cultural” (ibidem, pp. 18-19).

Em *A arqueologia do saber*, Foucault define a abordagem arqueológica da história como uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência, como um esforço de captar o domínio em que as formações discursivas e seus elementos interagem e que desempenha o papel de um *a priori* histórico. Ele justifica o uso dessa expressão dizendo que ela aponta para um modo de estudar as formações discursivas a partir das suas condições de emergência, da lei de coexistência entre elas, dos princípios que as fazem subsistir, se transformarem e desaparecerem. Enfim, a expressão *a priori* histórico, diz Foucault em 1969, remonta a um conjunto de regras que caracterizam uma formação discursiva. O que ele visa com o uso desse conceito é demarcar um conjunto de regras próprias às formações discursivas, capaz de conduzir a uma história das coisas efetivamente ditas sem que isso implique pensar que se trata de uma relação de constrangimento ou determinação entre o âmbito discursivo e o não discursivo. Com essa expressão, Foucault sugere que deu abertura para a leitura de que o aspecto do domínio dos enunciados articulados segundo *a priori* históricos fosse o de “uma planície monótona e indefinidamente prolongada” (ibidem, p. 146) ou de um elemento inerte, liso, neutro de onde emergiriam “segundo um dinamismo obscuro” temas, ideias, conceitos, conhecimentos. No entanto, em 1969 Foucault lhe confere outro aspecto, a saber: o aspecto de um volume complexo “em que se diferenciam regiões heterogêneas, e em que se desenrolam, segundo regras específicas, práticas que não se podem superpor” (ibidem).

No livro de 1969, o filósofo francês enfatiza que sua arqueologia está aberta para outros exercícios que não os realizados em suas pesquisas anteriores: estudar outros saberes, outras disciplinas, discursos científicos e não científicos. De tal modo que oferece ao horizonte dos estudos arqueológicos “um sistema inteiramente diferente de relações” e “uma rede interdiscursiva” que não viria para se superpor a elaborada a partir dos seus estudos em *As palavras e as coisas*, mas que poderia estabelecer com ela alguns pontos de cruzamento. Nesse contexto, ele menciona a intenção de realizar futuramente uma descrição arqueológica do saber político, um estudo que buscaria ver se o comportamento político de uma sociedade (um grupo ou uma classe) não é atravessado por uma prática discursiva determinada e descritível; suspeitando que os resultados dessa descrição arqueológica do saber político não coincidiriam com o que as teorias políticas da época propunham, tampouco com as determinações econômicas.

Nessa seção, acompanhamos o modo como Foucault privilegia o campo discursivo (sem desconsiderar as demais práticas) para definir *a priori* histórico, *episteme*, arqueologia e descontinuidade no livro de 1966 e mostrar que há uma diferença ordem da configuração epistemológica que separa de um lado a análise da riqueza, a história natural e a gramática geral e, de outro, a economia política, a biologia e a filologia; por

assim ser, essas questões contribuem para o que Foucault defende em seu livro, a saber, a ideia de que a figura do homem como objeto de saber é algo que emerge graças às condições epistemológicas que são próprias à modernidade. Três anos depois, em *Arqueologia do saber*, Foucault retoma essas temáticas inserindo suas investigações anteriores em uma mutação no campo da história que introduz a descontinuidade na história para colocar em questão o problema da periodização, reformulando o conceito de *a priori* histórico para dele retirar qualquer ideia de totalidade cultural ou sobreposição em relação às práticas extradiscursivas e para com ele enfatizar a proposta de sua arqueologia: estudar historicamente as formações discursivas a partir das condições que lhe são próprias como parte do exercício que se propõe de traçar uma análise histórica liberada do tema antropológico.

A descrição da trama epistêmica e a história da matriz discursiva que faz do modelo da guerra referencial para as relações políticas no curso *Em defesa da sociedade*

Dez anos depois da publicação de *As palavras e as coisas*, no curso *Em defesa da sociedade*, Foucault faz um balanço das pesquisas realizadas por ele no começo da década de 1970 disposto a mudar o modo de conduzi-las nos anos seguintes. Com esse redirecionamento, Foucault tem o objetivo de mostrar o que está em questão em sua escolha de trabalhar nos primeiros anos da década de 1970 com a recuperação dos saberes das pessoas (do doente e do médico, por exemplo) e de conteúdos históricos que foram desconsiderados ou deturpados por teorias totalizantes e pelo conhecimento científico. Veremos nesta seção que no momento em que revisa o caráter fragmentado de suas genealogias, Foucault amplia o nível de sua pesquisa sobre o poder recorrendo ao estudo da história do discurso que pensa a política a partir da relação beligerante de forças. Seu estudo percorre as descontinuidades marcadas em 1966, apontando as transformações sofridas por esse discurso nesses períodos e a articulação dele com a emergência das ciências empíricas na modernidade; em suma, atribuindo particular relevância para aspectos estritamente epistêmicos justamente para pensar o impacto do campo discursivo em práticas de outra ordem (a luta política, por exemplo).

Dos estudos realizados na primeira metade da década de 1970, Foucault retoma a insuficiência do modelo jurídico para a sua proposta de realizar uma análise concreta da multiplicidade das relações de poder. Nesse sentido, ele afasta de seu horizonte a tríplice preliminar mobilizada pela teoria da soberania para pensar as relações de poder: a pressuposição do sujeito, a unidade do poder e pressuposição da lei. O que moveu o projeto geral de Foucault foi tentar desamararrar a análise do poder dessa tríplice preliminar, tentar extrair histórica e empiricamente as relações de poder dos operadores de dominação. Para tanto, seu ponto de partida foi o que há de factual e de efetivo nas relações de dominação para “ver como é essa própria relação que determina os elementos sobre os quais ela incide” (FOUCAULT, 2005b, p. 51). Na citação seguinte, ele menciona os aspectos relevantes para as suas pesquisas sobre o poder no começo da década de 1970:

(...) não perguntar aos sujeitos como, por quê, em nome de que direito eles podem aceitar deixar-se sujeitar, mas mostrar como são as relações de sujeição efetivas

que fabricam sujeitos. Em segundo lugar, tratar-se-ia de ressaltar as relações de dominação e de deixá-las valer em sua multiplicidade, em sua diferença, em sua especificidade ou em sua reversibilidade: não procurar, por conseguinte, uma espécie de soberania fonte dos poderes; ao contrário, mostrar como os diferentes operadores de dominação se apoiam uns nos outros, remetem uns aos outros, em certo número de casos se fortalecem e convergem, noutros casos se negam ou tendem a anular-se. (ibidem)

Assim, no lugar da tríplice preliminar da teoria da soberania Foucault adotou “o ponto de vista tríplice das técnicas, da heterogeneidade das técnicas e de seus efeitos de sujeição” (ibidem) porque são eles que tornam os procedimentos de dominação “a trama efetiva das relações de poder e dos grandes aparelhos de poder” (ibidem, p. 52). Com isso, Foucault pretendeu tratar os aparelhos de poder como “estratégias globais que perpassam e utilizam táticas locais de dominação” (ibidem).

Para introduzir o tema que será trabalhado no curso *Em defesa da sociedade*, Foucault faz uma série de questionamentos sobre como realizar a análise das relações de dominação e como pensar a relação de dominação em termos de relação de forças, de relação de guerra. Ele pergunta se a guerra pode efetivamente valer como análise das relações de poder, se a guerra pode valer como matriz para analisar as técnicas de dominação, se a relação de poder é uma relação de enfrentamento, se há uma guerra primitiva e permanente “sob a ordem calma das subordinações”, sob os aparelhos do Estado e sob as leis, se o fato da guerra deve preponderar em relação à desigualdade, à divisão do trabalho e à exploração, se os fenômenos de antagonismo entre indivíduos, grupos ou classes devem ser “agrupados nesse mecanismo geral, nessa forma geral que é a guerra, se as instituições militares e as práticas em seu entorno estão, direta ou indiretamente, no núcleo das instituições políticas. Por fim, apresenta a questão principal que gostaria de apresentar no curso. Vejamos:

(...) como, desde quando e porque se começou a perceber ou imaginar que é a guerra que funciona sob e nas relações de poder? Desde quando, como, por que se imaginou que uma série de combate ininterrupto perturba a paz e que, finalmente, a ordem civil – em seu fundo, em sua essência, em seus mecanismos essenciais – é uma ordem de batalha? Quem imaginou que a ordem civil era uma ordem de batalha? [...] Quem enxergou a guerra como filigrana da paz; quem procurou, no barulho da confusão da guerra, quem procurou na lama das batalhas, o princípio de inteligibilidade da ordem, do Estado, de suas instituições e de sua história? (ibidem, p. 54)

Sua hipótese é a de que “o princípio segundo o qual a política é a guerra continuada por outros meios” antecede muito a Clausewitz em “uma espécie de tese a um só tempo difusa e precisa que circulava desde os séculos XVII e XVIII” (ibidem, pp. 54-55). Tese que é difundida por um discurso que se forma a partir das condições decorrentes da centralização das práticas e instituições da guerra nas unidades estatais ocorrida no final da Idade Média. Graças a essa transformação, aparece um certo discurso: “um discurso sobre a guerra entendida como relação social permanente, como fundamento indelével de todas as relações e de todas as instituições de poder” (ibidem, p. 56). Segundo Foucault, esse discurso aparece na Inglaterra no início das grandes lutas políticas do século XVII e na França no fim do reinado de Luís XIV relacionado às lutas da aristocracia contra a grande monarquia absoluta e administrativa.

Deste modo, Foucault descreve o sujeito que fala nesse discurso marcando a diferença em relação ao discurso filosófico e jurídico do mesmo período: o sujeito não ocupa a posição de sujeito universal, totalizador, neutro. O sujeito desse discurso necessariamente toma parte, está na batalha, reclama os seus direitos que são direitos singulares. Do mesmo modo que fala do direito de modo parcial, fala da verdade de modo parcial. Apesar de buscar restituir o percurso global da batalha, esse discurso não pode ser um discurso de totalidade, de neutralidade; ele é sempre um discurso de perspectiva que desfaz a posição de pertencimento da verdade à paz, à neutralidade. Para esse discurso, a verdade só é procurada na medida em que pode tornar-se efetivamente uma arma na relação de força:

O pertencer essencial da verdade à relação de força, à dissimetria, à descentralização, ao combate, à guerra, está inserido neste tipo de discurso. Essa universalidade pacificada pode supor sempre, desde a filosofia grega, o discurso filosófico-jurídico, mas ela é profundamente, ou questionada, ou, simplesmente, cnicamente ignorada. (ibidem, p. 62)

Esse discurso não encaixa a história em esquemas ideais, não a entende como uma monotonia reordenável em conformidade com alguns princípios estáveis e fundamentais. Ele visa retomar “o passado esquecido das lutas reais, das vitórias efetivas, das derrotas que talvez tenham sido *mascaradas*, mas que continuam profundamente *inscrites*” (ibidem, pp. 65-66) para descobrir o modo como as formas do justo foram instituídas, ordenadas, impostas. Trata-se de encontrar o infinito da história na estabilidade do direito: “sob a fórmula da lei os gritos de guerra, sob o equilíbrio da justiça a dissimetria das forças” (ibidem, p. 66). Esse discurso define um campo histórico que não se relaciona com nenhum absoluto, ele define um campo histórico da “eterna dissolução em mecanismos e acontecimentos que são os da força, do poder e da guerra” (ibidem).

Segundo Foucault, a história desse discurso mostra o seu envolvimento com formas míticas muito tradicionais, formas míticas que associa saberes e mitos, por exemplo, às grandes vitórias dos gigantes, ao crepúsculo dos deuses, aos heróis feridos, aos heróis que morreram, aos reis adormecidos em cavernas inacessíveis; a história desse discurso vai mostrar seu envolvimento com o tema dos direitos da primeira raça, com o tema da guerra secreta interrompida, com o tema do complô que será preciso reativar para retomar essa guerra, com “o tema da famosa batalha da manhã do dia seguinte que afinal vai inverter as forças e que, dos vencidos seculares, vai fazer enfim vencedores, mas vencedores que não conhecerão e não praticarão o perdão” (ibidem). Assim, Foucault considera que esse discurso revigora a esperança da batalha derradeira, da grande vitória, do imperador dos últimos dias, do novo Führer: “a ideia da quinta monarquia, ou do terceiro império, ou do terceiro Reich, aquele que será ao mesmo tempo a besta do Apocalipse ou o salvador dos pobres” (ibidem). Enfim, trata-se de um discurso “sombriamente crítico” e “intensamente mítico”, o discurso dos amargores e das mais loucas esperanças, um discurso alheio à tradição dos discursos filosóficos-jurídicos e por ela desqualificado:

Para os filósofos e os juristas, ele é forçosamente o discurso exterior, estrangeiro. Não é sequer o discurso do adversário, pois eles não discutem com ele. É o discurso forçosamente desqualificado, que se pode e que se deve manter à margem, precisamente porque é preciso, como uma preliminar, anulá-lo, para

que se possa enfim começar – no meio, entre os adversários e acima deles -, como lei, o discurso justo e verdadeiro. (ibidem, p. 68)

Enfim, os elementos fundamentais desse discurso desqualificado pelo discurso filosófico, diz Foucault, são as diferenças étnicas, as diferenças das línguas, as diferenças de força, de vigor, de energia, de violência. Trata-se de um discurso que veicula a ideia de que “a guerra constitui a trama ininterrupta da história” (ibidem), que a sociedade é perpassada pelo enfrentamento de raças³.

Depois de estudar a guerra das raças no século XVII, a investigação de Foucault salta para o período da Revolução Francesa, período em que a teoria da guerra das raças, segundo ele, passa por duas transcrições: uma no campo da biologia e da filologia e outra no campo da teoria da guerra social. A primeira transcrição antecede a Darwin e, posteriormente, apropriará o seu discurso “com todos os seus elementos, seus conceitos, seu vocabulário, de uma anátomo-fisiologia materialista” (ibidem, p. 71); a outra transcrição, segundo Foucault, se desenvolverá no começo do século XIX e tenderá a apagar os vestígios do conflito entre raças para definir uma luta entre classes. Trata-se de um “entroncamento essencial” para seu estudo. A primeira transcrição vai corresponder a retomada do discurso das raças na teoria do evolucionismo e da luta pela vida e a segunda, a retomada das lutas na forma da dialética.

Foucault privilegia a primeira transcrição para tentar mostrar o desenvolvimento de um racismo biológico-social. Nessa transcrição, o discurso da guerra das raças passou a funcionar de um modo totalmente diferente: a guerra entre raças deixou de ser pensada a partir da ideia de que a outra raça “não é aquela que veio de outro lugar, não é aquela que por uns tempos, triunfou e dominou, mas é aquela que, permanece e continuamente, se infiltra no corpo social” (ibidem, p. 72). Com isso, Foucault nota o desenvolvimento de um racismo que não parte do enfrentamento de duas raças exteriores uma a outra, mas se desdobra de uma única raça como sub e super raça. Se no século XVII esse discurso aparece como um instrumento de luta para campos descentralizados, sua história mostra, diz Foucault, que ele “vai ser rescentralizado” (ibidem) e que irá se tornar “o discurso do poder, de um poder centrado, centralizado e centralizador” (ibidem). Ele vai se tornar um discurso de combate de uma raça considerada a única, verdadeira e titular da norma contra todos aqueles que estão fora dessa norma e que, por isso, constituem “outros tantos perigos para o patrimônio biológico” (ibidem, pp. 72-73).

O estudo histórico dessa matriz discursiva que Foucault propõe no curso de 1976 destaca também dois processos relacionados à formação de um campo de saber no período da Revolução francesa. O primeiro processo é o da generalização tática do saber histórico formado nesse período, tendo em vista que, para Foucault, no século XVIII esse discurso “tornou-se por fim uma espécie de arma discursiva utilizável, exigível por todos os adversários do campo político” (ibidem, p. 226). Para tratar da relação entre

3 Foucault precisa que o termo “raça” é mobilizado nesse discurso para tratar “de dois grupos que não tem a mesma origem local (...) que não tem, pelo menos na origem, a mesma língua e em geral a mesma religião, (...) que só formaram uma unidade e um todo político à custa de guerras” (ibidem). Deste modo, sua leitura é a de que o termo faz referência a dois grupos cujo vínculo se estabelece pela violência da guerra; apesar de habitarem no mesmo espaço, esses grupos não se misturaram “por causa de diferenças, de dissimetrias, de barreiras devidas aos privilégios, aos costumes e aos direitos, à distribuição das fortunas e ao modo de exercício do poder” (ibidem).

discurso, tática e saber, Foucault afirma que é preciso entender esse discurso como “um dispositivo de saber e de poder que, precisamente, enquanto tática, pode ser transferível e se torna finalmente a lei de formação de um saber e, ao mesmo tempo, a forma comum à batalha política” (ibidem). Assim, Foucault vê formar-se um campo histórico e político “cuja área de objetos, cujos elementos pertinentes, cujos conceitos, cujos métodos de análise são muito próximos uns dos outros” (ibidem); um campo histórico e político comum a historiadores “muito opostos em suas teses bem como em suas hipóteses ou em seus sonhos políticos” (ibidem, p. 250).

Então, Foucault descreve esse campo histórico e político como uma rede de proposições que permite o trânsito entre os tipos de análise desses historiadores “sem ruptura nenhuma”: é a densidade da trama epistêmica que permite a formação de posições políticas diversas e opostas a partir do saber constituído por esse campo histórico e político. De forma alguma, portanto, para Foucault, estar em uma mesma trama epistêmica implica estar em uma mesma forma de pensamento. Pelo contrário, para Foucault, estar em uma mesma trama epistêmica é condição para que se possa “pensar de uma forma diferente e para que essa diferença seja politicamente pertinente” (ibidem). É a densidade da trama epistêmica que oferece regularidade ao saber histórico e é essa regularidade que aparece como condição para que os sujeitos falantes diferentes “possam ocupar posições taticamente opostas, para que possam, uns em face dos outros, encontrar-se em posição de adversários” (ibidem). Segundo o filósofo francês, é preciso que as regras de formação de um discurso sejam homogêneas e que seu campo epistêmico seja regular para que um discurso seja passível de reversão tática. Em suma, ele constrói a ideia de que o que confere a um discurso impacto nas lutas políticas está relacionado com as características das suas regras de formação e com a regularidade de seu campo epistêmico.

Quanto mais regularmente formado é o saber, mais é possível, para os sujeitos que nele falam, distribuir-se segundo linhas rigorosas de afrontamento, e mais é possível fazer esses discursos, assim afrontados, funcionarem como conjuntos táticos diferentes em estratégias globais (em que não se trata simplesmente de discurso e de verdade, mas igualmente de poder, de status, de interesses econômicos). Em outras palavras, a reversibilidade tática do discurso depende diretamente da homogeneidade das regras de formação desse discurso. É a regularidade do campo epistêmico, é a homogeneidade no modo de formação do discurso, que vai deixá-lo utilizável nas lutas que, quanto a elas, são extradiscursivas. (ibidem, pp. 50-51)

A maneira como Foucault descreve a formação de um campo de saber a partir dos caracteres que são próprios à sua trama epistêmica para então desdobrar seu impacto político não indica a retomada do tema epistêmico? Não sinaliza que a questão da historicidade própria às formações discursivas permanece como uma questão no horizonte de Foucault? Se sim, como pensar que Foucault elabora nos cursos da década de 1970 os estudos genealógicos em oposição aos estudos arqueológicos das formações discursivas? Como pensar que ele simplesmente abandona os conceitos de *episteme* e *a priori* histórico quando dedica-se às pesquisas genealógicas, sobretudo, se pensarmos à luz da reformulação oferecida em *Arqueologia do saber*?

O segundo processo que Foucault nota acontecer no período da Revolução Francesa é o desdobramento desse dispositivo em outras três dimensões de batalhas, que se converteram em outras táticas – por sua vez, relacionadas a três campos de saber (os mesmos que são mobilizados no estudo de 1966 quando Foucault ressalta os aspectos da *episteme* da modernidade – a filologia, a economia política e a biologia). A primeira batalha é centrada nas nacionalidades, está em continuidade com os fenômenos da língua e, por assim ser, em continuidade com a filologia. A segunda batalha é centrada nas classes sociais, tem como fenômeno fundamental a dominação econômica e está relacionada com a economia política. A terceira batalha é centrada na raça, tem como fenômeno fundamental as seleções e especificações biológicas e, por conseguinte, está em continuidade com a biologia. “Falar, trabalhar e viver. É tudo isso que vamos ver reinvestir-se ou rearticular-se em torno desse saber histórico e das táticas que lhe são ligadas” (ibidem).

Nos trechos do curso *Em defesa da sociedade* mencionados podemos notar que no momento em que está disposto a revisar o modo como conduziu, no começo dos anos 1970, a análise das relações de dominação, Foucault escolhe traçar a história de uma matriz discursiva a partir da qual as relações de dominação e de poder são pensadas através do enfrentamento beligerante das forças. Ou seja, Foucault privilegia estudar o nível das formações discursivas em sua densidade epistêmica no momento em que procura oferecer um panorama de conjunto para as pesquisas genealógicas do começo da década de 1970. A história que Foucault apresenta desse discurso percorre os mesmos marcos temporais com os quais Foucault trabalhou em *As palavras e as coisas*, atravessa as descontinuidades epistêmicas apontadas nesse livro e trata da articulação desse discurso com as mesmas ciências empíricas situadas por Foucault no limiar da modernidade no livro de 1966. Além disso, a afirmação de Foucault de que a densidade da trama epistêmica de um saber é o que torna o discurso uma arma nas lutas políticas reinsere o tema epistêmico, tão importante para o estudo arqueológico de *As palavras e as coisas*.

Considerações finais

O conceito de *a priori* histórico é definido por Foucault em *As palavras e as coisas* como uma base a partir da qual todos os conhecimentos de uma época se elaboram, se articulam e se dissipam, a condição de possibilidade de toda enunciação sobre as coisas, uma base de formação relativa a cada saber estudado. O conceito de *episteme* aparece neste livro como derivado do conceito de *a priori* histórico, como local de enraizamento das positivities dos conhecimentos (sejam científicos, com pretensão científica ou não). Quando faz suas observações sobre o termo *a priori* histórico em *Arqueologia do saber*, Foucault, com o intuito de afastar a ideia de que este termo faz referência a um *a priori* formal, justifica o uso do termo dizendo que se trata de um conceito que o permite estudar as formações discursivas, captar sua história própria – suas condições de emergência, a lei de coexistência entre elas, os princípios que as fazem subsistir, se transformarem e desaparecerem. Ele afasta o aspecto de planície monótona que seu estudo de 1966 sugeriu ao tratar do domínio dos enunciados articulados segundo *a priori* históricos. Em 1969, Foucault redefine *a priori* histórico

conferindo a esse conceito uma complexidade, uma diferenciação em regiões que não devem se superpor. O intuito de traçar a história do discurso que faz do modelo da guerra uma chave de análise das relações políticas, em 1976, parece bastante próximo do modo como redefine *a priori* histórico no livro de 1969 tendo em vista que o estudo de Foucault aponta as transformações dessa matriz discursivas destacando suas articulações com outras formações discursivas. Ao retomar, em 1976, os mesmos períodos que haviam sido marcados por descontinuidades epistêmicas profundas no livro de 1966, sem fazer dessas descontinuidades um obstáculo para pensar os efeitos de poder de um discurso cuja emergência ocorre nos séculos XVI-XVII em sua contemporaneidade, Foucault parece estar em conformidade com a complexidade conferida por ele ao conceito de *a priori* histórico em 1969. Ao tratar a trama epistêmica de uma formação discursiva como referencial central para pensar seu impacto nas lutas políticas, Foucault coloca o tema epistêmico em posição de importância para pensar a relação entre saber e poder. Logo, notamos que em 1976 o tema epistêmico mantém uma relevância política para Foucault e que discurso é considerado em si mesmo tendo em vista que o filósofo parte do nível propriamente epistêmico para mostrar a distribuição de campos políticos diferentes e para tratar dos efeitos concretos do discurso nas relações políticas. Algo que aponta para o que gostaríamos de trabalhar neste artigo, a relação de complementariedade entre as análises arqueológicas das formações discursivas e os estudos genealógicos das relações de saber e de poder.

Referências

DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma Trajetória Filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. 6º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *A arqueologia do saber*. 7º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. Sobre as maneiras de escrever a história. In: *Ditos e escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

_____. *Em defesa da sociedade*. Curso do Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

REVEL, J. *Le vocabulaire de Foucault*. Paris: Ellipses, 2008.

SABOT, P. *Lire: les mots et les choses de Michel Foucault*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.

PELBART, P. É a Política a Continuação da Guerra por Outros Meios?. In: RESENDE, H. (org.). *Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação*. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes/CNPq, 2018.

Recebido em: 10/Set/2019 - **Aceito em:** 20/Abr/2020.